REFERENCIAL DE AVALIAÇÃO



Agrupamento de Escolas de Barroselas

Índice

Introdução **2**

Política de Avaliação **3**

Educação Pré-escolar *3*

Ensino Básico e Secundário *4*

Avaliação Pedagógica (AP) 5

Critérios de Avaliação por Tarefa *10*

Política de Classificação **12**

Organização dos Critérios em Domínios do Saber *16*

Ensino@Distância **18**

Considerações Finais **22**

Bibliografia **25**

Introdução

O presente documento pretende constituir-se como o Referencial de Avaliação do Agrupamento de Escolas de Barroselas (RAAEB) e organizar-se-á em quatro partes:

1. Política de Avaliação.
2. Ponderações por domínios.
3. Critérios de avaliação por tarefa.
4. Política de Classificação.

Nele estão expressas as linhas orientadoras que regem a política de avaliação do Agrupamento de Escolas de Barroselas (AEB) no que concerne aos princípios da Avaliação Pedagógica, ao Sistema de Avaliação e ao Sistema de Classificação, com uma visão integradora dos processos de ensino, de avaliação e de aprendizagem (Fernandes, 2019a). Pela sua natureza participativa, colaborativa e reflexiva e pelo seu caráter transdisciplinar, este Referencial de Avaliação será um documento orientador do AEB a usar em todos os anos de escolaridade e em qualquer disciplina, cujo propósito é melhorar as práticas avaliativas e, consequentemente, as aprendizagens dos alunos.

Optou-se por distinguir concetualmente os conceitos de avaliação e de classificação, pois a sua natureza é distinta e importa tornar claro cada um destes conceitos.

O conceito de avaliação subjacente a este Referencial assenta no conceito de Avaliação Pedagógica (AP), cujo propósito fundamental é aperfeiçoar as aprendizagens dos alunos, ajudando-os a aprender mais e melhor (Fernandes, 2018).

Quando se fala de classificação quer destacar-se o caráter classificativo da informação avaliativa, com ênfase no reconhecimento da avaliação enquanto medida – avaliar para medir (Fernandes, 2019b).

Política de Avaliação

A política de avaliação do AEB assenta nos princípios da AP, sendo um processo intrinsecamente associado ao ensino e à aprendizagem, que deve conduzir à melhoria das aprendizagens dos alunos, nas suas múltiplas dimensões: cognitiva, sensório motora e sócio afetiva, contribuindo para que todos possam aprender o que está previsto no currículo.

É uma opção que tem implicações significativas na organização e desenvolvimento do trabalho escolar.

Educação Pré-escolar

De acordo com a Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular a avaliação na Educação Pré-Escolar tem por base as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEPE), em vigor desde 2016.

"…avaliar o processo e os efeitos, implica tomar consciência da ação para adequar o processo educativo às necessidades das crianças e do grupo e à sua evolução. A avaliação realizada com as crianças é uma atividade educativa, constituindo também uma base de avaliação para o educador. A sua reflexão, a partir dos efeitos que vai observando, possibilita-lhe estabelecer a progressão das aprendizagens a desenvolver com cada criança. Neste sentido, a avaliação é suporte do planeamento." (Orientações Curriculares da Educação Pré-escolar, pg. 27).

Neste nível de educação, a avaliação assume uma dimensão formativa, centra-se mais nos processos do que nos resultados, é continua e interpretativa e procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, para que vá, progressivamente, tomando consciência do que já conseguiu e das dificuldades que ainda tem, bem como a forma de as ir ultrapassando.

Orienta-se pelos seguintes princípios:

- **Intencionalidade educativa** – avaliar para tomar conhecimento dos processos e dos efeitos, para adequar o processo educativo, construindo e gerindo o currículo (OCEPE);
- **Participação ativa** – da criança individualmente e dos seus pares, das famílias e, naturalmente, do/a educador(a), o que permite desenvolver a avaliação como processo participado;
- **Diversidade de técnicas e de instrumentos de observação e de registo** – permite evidenciar o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança, tendo em conta as áreas de conteúdo;
- **Flexibilidade no tempo**
- **Centralidade da aprendizagem e dos progressos observados em contexto.**

Ensino Básico e Secundário

Em ordem a responder ao preconizado no Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, e nas Portarias nº 223-A/2018, de 3 de agosto e nº 226-A/2018, de 7 de agosto, que estabelecem a regulamentação da avaliação e a operacionalização dos currículos nos ensinos básico e secundário, definir-se-á, de seguida, a política de avaliação do AEB.

Estes normativos legais, em especial o Decreto-Lei nº 55/2018, destacam a avaliação enquanto um processo regulador das aprendizagens, que utiliza procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados para recolha de informação, tendo em conta a diversidade e a especificidade do trabalho desenvolvido. A informação recolhida permite: informar e sustentar intervenções; reformular estratégias no sentido da melhoria das aprendizagens e da promoção do sucesso; aferir a prossecução dos objetivos do currículo e certificar as aprendizagens.

Respondendo a estes dois desideratos, melhorar e certificar as aprendizagens, a avaliação engloba as duas modalidades: formativa e sumativa. Esta última poderá conduzir à atribuição de uma classificação e à certificação das aprendizagens a partir da formulação de um juízo global.

Considerando, então, que a avaliação:

i) tem uma natureza formativa (avaliar para as aprendizagens) e sumativa (avaliar as aprendizagens);

ii) tem como principal propósito contribuir para que todos os alunos aprendam mais e melhor num processo participado e dialógico;

iii) é um processo de regulação e autorregulação que integra os conhecimentos, as capacidades e as atitudes;

iv) agrega um vasto conjunto de intervenientes no processo de ensino-aprendizagem (alunos, professores e pais / encarregados de educação);

v) se reveste de uma inevitável componente de subjetividade, decorrente da proximidade dos vários agentes e do quadro de valores e experiências que os orientam,

A política de avaliação do AEB norteia-se pelos seguintes princípios:

1. **adequação ética** – garantir a equidade e a inclusão, criando diferentes contextos de aprendizagem, procurando diversificar para incluir, e assegurar a distribuição de *feedback* de qualidade a todos/as os/as alunos/as;

2. **rigor –** assegurar processos de recolha de informação formais e informais em diferentes tempos e contextos de aprendizagem, respeitando os diferentes estilos de aprendizagem dos alunos, orientados por critérios de avaliação**;**

3. **utilidade** – produzir resultados alinhados com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO) e as *Aprendizagens Essenciais* (AE), promotores de (auto)regulação das aprendizagens, através do *feedback* fornecido pelo professor e do autofeedback;

4. **exequibilidade e transparência** – selecionar o que se vai avaliar, em que tempos e espaços, com a plena consciência que se trata de uma amostra dos desempenhos dos alunos;

5. **participação** – dar voz aos diferentes intervenientes na discussão de representações sobre o caminho de aprendizagem realizado pelo aluno, quer através do confronto com os critérios de avaliação do Agrupamento (natureza criterial da avaliação), quer através da análise da distância entre o ponto de partida e o ponto de chegada do aluno (natureza ipsativa da avaliação).

Avaliação Pedagógica (AP)

O reconhecimento de que a AP é uma avaliação orientada para melhorar e que está ao serviço da aprendizagem implica a necessidade de mudança a vários níveis: organização e funcionamento pedagógico das escolas, papel do professor e papel do aluno, experimentação de novas e inovadoras formas e dinâmicas de trabalho nas salas de aula. (Fernandes, 2018). É um processo eminentemente pedagógico, da maior relevância e intrinsecamente associado ao ensino e à aprendizagem. Todas as práticas em sala de aula devem contemplar tarefas ou propostas de trabalho que possibilitem, simultaneamente, ensinar, aprender e avaliar, com recurso a diferentes dinâmicas e diversidade de processos de recolha de informação (Fernandes, 2019b).

Entenda-se por processos de recolha de informação todas as ações formais ou informais, estruturadas ou não estruturadas, desenvolvidas com vista à obtenção de dados relativos às aprendizagens e competências dos alunos, em ordem à distribuição de *feedback* de qualidade.

Os processos de recolha de informação devem ser diversificados e essa diversificação concretiza-se através da utilização de diferentes procedimentos, técnicas e instrumentos, adequados às finalidades, ao objeto em avaliação, aos destinatários e ao tipo de informação a recolher.

No processo pedagógico, os professores devem recorrer a diferentes **procedimentos** (tarefas), que devem ser criteriosamente escolhidos e diversificados:

- tarefas que permitem avaliar os conhecimentos previstos no currículo;

- tarefas em os alunos realizem desempenhos que possam evidenciar que são capazes de mobilizar os conhecimentos e as capacidades, operacionalizando competências.

Decorrente do procedimento escolhido, poderão ser utilizadas diferentes **técnicas**: o questionário, a análise documental, entre outras.

As **ferramentas**/instrumentos de avaliação – rubricas, listas de verificação e escalas de classificação – destinam-se ao registo e tratamento dos dados.

As rubricas permitem avaliar desempenhos que implicam pensamento complexo e nelas está enunciado um conjunto coerente e consistente de descritores e respetivos níveis de desempenho, que traduzem o que se pretende que os alunos aprendam.

As listas de verificação são ferramentas que se usam quando apenas se pretende aferir a presença ou ausência de determinada característica ou comportamento.

As escalas de classificação são ferramentas que permitem registar o modo, a qualidade ou a extensão de uma característica ou qualidade, ou comportamento, distribuída por níveis.

Além de diversificados, os processos de recolha de informação devem ser adequados, o que significa que a técnica usada decorre do procedimento escolhido (em função do objeto de avaliação) e define o instrumento a utilizar (Tabela1).

Procedimentos pedagógicos	**Técnicas** de recolha de dados	**Ferramentas** para registo e tratamento de dados
Trabalho de projeto	Observação do processo de trabalho	Lista de verificação
	Análise documental do produto	Rubrica
	Entrevista	Lista de verificação ou rubrica
Apresentação oral/Dramatização	Observação	Rubrica
Trabalho laboratorial	Observação do processo	Rubrica
	Análise documental do relatório	Rubrica
Exercícios	Questionário	Escala de classificação

Tabela 1

Diversificar implica também proporcionar aos alunos tarefas com diferentes níveis de complexidade, envolvendo, por conseguinte, operações mentais cada vez mais elaboradas.

A prática da AP é fundamental, por um lado, para os alunos aprenderem mais e melhor, para aperfeiçoarem e perceberem, a cada momento, aquilo que já sabem sobre determinado

assunto e o que ainda precisam de saber e de ser capazes de fazer – *Avaliação para as Aprendizagens* (ApA) ou *Avaliação Formativa*; por outro lado, para os professores repensarem caminhos, itinerários de aprendizagem, aferirem o ritmo de trabalho e perceberem quando é necessário recuar e/ou reformular métodos e estratégias (Neves, 2016). Trata-se, por isso, de uma prática avaliativa inclusiva, já que respeita os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos e as diferentes formas de aprender.

Avaliação Formativa/Avaliação para a Aprendizagem (ApA)

A Avaliação Formativa (ApA) deve fundamentar-se em processos de recolha de informação, análise e registo de informação diversificados e tão partilhados quanto possível, sendo o *feedback* a ação central, através da qual os alunos conseguem saber onde se posicionam relativamente ao ensino e à aprendizagem e que esforços de aprendizagem devem mobilizar para atingir os objetivos a que se propõem, num processo de autorregulação, do ensino e da aprendizagem, revestindo-se de caráter contínuo e requerendo, por isso, a participação ativa dos alunos. Daqui decorre que a qualidade e a utilidade do *feedback* distribuído só se efetivam em contextos de aprendizagem baseados no diálogo e no questionamento, promotores da motivação e envolvimento dos alunos. (Machado, 2019).

Como foi já explicitado, devem ainda considerar-se outros processos de recolha de informação, de caráter mais informal e menos estruturado, designadamente, diálogos, observações, entre outros, enquanto parte integrante do sistema de avaliação para as aprendizagens utilizado na sala de aula. Com a informação que vai sendo recolhida, o professor ficará munido de dados que lhe permitirão distribuir *feedback* de qualidade e/ou aferir aquilo que os alunos sabem e são capazes de fazer a cada momento. (Fernandes, 2019c).

Autoavaliação/autorregulação

O envolvimento e a participação dos alunos são essenciais para que estes sejam capazes de, a cada momento, aferir o que sabem e são capazes de fazer. É, por isso, fundamental fomentar práticas de autoavaliação nas dinâmicas de avaliação que se implementam em sala de aula. A autoavaliação é um processo cognitivo e metacognitivo elaborado que permite aos alunos refletir sobre as suas próprias aprendizagens, apoiando-se em critérios de avaliação e noutras informações disponíveis. As rubricas de avaliação e a informação recolhida a partir delas são centrais neste referencial de avaliação, para os alunos fazerem a sua autoavaliação, utilizando diversas formas de reflexão escrita, por exemplo, relatórios, textos-síntese, comentários breves. A informação decorrente da autoavaliação é importante e deve ser tida em consideração, podendo complementar aquela que se obtém a partir de outros processos. Os processos inerentes à recolha de informação promovem o envolvimento ativo dos alunos nas

suas aprendizagens, comprometendo-os com o processo. Desenvolvem competências associadas, por um lado, à escrita e ao pensamento crítico, por outro, a processos cognitivos e metacognitivos e contribuem para que os alunos aprendam a organizar as suas ideias (Fernandes, 2019d).

Deste modo, as práticas de autoavaliação com fins formativos devem contemplar a utilização de, pelo menos, uma reflexão crítica (relatório, reação crítica, texto-síntese, comentário breve) ou um questionário com perguntas de escolha múltipla e/ou seleção e uma pequena síntese descritiva no final, por disciplina/período.

No desenvolvimento da autoavaliação é fundamental que os/as alunos/as já se tenham, previamente, apropriado do conteúdo dos diferentes critérios de avaliação e respetivos descritores, já que estes indicam aquilo que é esperado que eles/as saibam e sejam capazes de fazer. Na autoavaliação deve vir refletida a visão que cada aluno/a tem relativamente à sua aprendizagem e como se posiciona face aos diferentes descritores de desempenho dos critérios de avaliação.

Avaliação Sumativa/Avaliação das Aprendizagens (AdA)

Na Avaliação Pedagógica, a *Avaliação das Aprendizagens* (AdA) ou *Avaliação Sumativa* também tem um importante papel no processo de aprendizagem dos alunos, pois permite fazer um balanço ou ponto de situação relativamente àquilo que os alunos sabem e são capazes de fazer no final de uma unidade didática ou decorrido um certo tempo, permitindo fazer um juízo de valor e, quando necessário, classificar. Deve realizar-se de forma pontual, em momentos determinados e após o ensino. As informações resultantes desta modalidade de avaliação podem também ser usadas para emissão de *feedback*. (Fernandes, 2019e).

No sistema de avaliação do AEB, que se rege pelos princípios da AP, como foi já referido, importa atender à premência de tornar o processo transparente, rigoroso e eticamente adequado, no sentido da promoção da equidade e da inclusão.

Nesse sentido, é fundamental a:

- **Diversificação dos processos de recolha de informação**

É através da diversificação dos processos de recolha de informação que se consegue garantir o rigor e a equidade na avaliação, na medida em que se asseguram diferentes oportunidades e itinerários de aprendizagem que conduzem à inclusão de todos os alunos.

- **Triangulação dos dados recolhidos**

Triangular a informação recolhida implica, por um lado, diversificar processos de recolha e, por outro, utilizar práticas de avaliação partilhada, incorporando no processo perspetivas de diferentes avaliadores (heteroavaliação) sobre aquilo que os alunos sabem e são capazes de

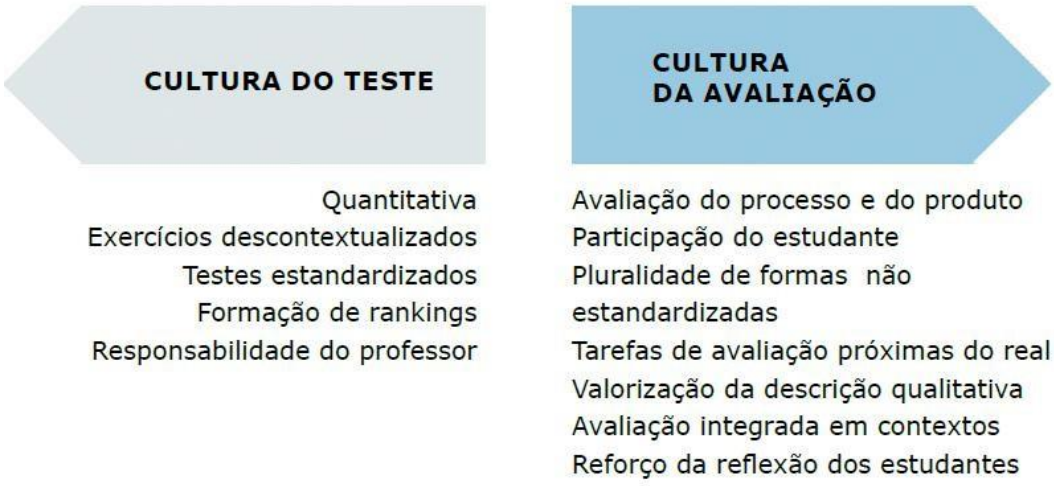
fazer. A triangulação garante, por isso, o rigor da avaliação, reduzindo em larga medida o seu caráter subjetivo.

- **Utilização de diferentes atores para consolidar juízos de valor**

Neste processo está subjacente o recurso à avaliação interpares (heteroavaliação), à discussão dos resultados com os alunos (autoavaliação) e à triangulação dos dados recolhidos. Ficam assim garantidos o rigor, a equidade, a transparência e a adequação ética da avaliação.

Importa agora salientar que, no campo da AP, a interligação da avaliação com o ensino e a aprendizagem é crucial, mesmo no quadro de uma Avaliação Sumativa.

Assim sendo, o envolvimento dos alunos na sua própria avaliação, a consideração da avaliação do processo e do produto, a diversificação de processos de recolha de informação, as atividades cognitivamente desafiantes, o reforço da (auto)reflexão sobre as aprendizagens e a valorização de uma apreciação qualitativa em detrimento de uma simples classificação são aspetos a ponderar quando se almeja desenvolver na escola uma **CULTURA DE AVALIAÇÃO** por contraponto à **CULTURA DO TESTE**. (Figura 1)



Fonte: Amante & Oliveira, 2019

Figura 1

Critérios de Avaliação por Tarefa

Os critérios de avaliação são afirmações que definem aquilo que é desejável que os alunos saibam e sejam capazes de fazer, sendo que neste Referencial de Avaliação, aparecem associados a áreas de competência do PASEO.

> "Nos critérios de avaliação deve ser enunciado um **perfil de aprendizagens específicas para cada ano ou ciclo de escolaridade**, integrando **descritores** de desempenho, em consonância com as *Aprendizagens Essenciais* e as áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*". (n.º 2 do artigo 18.º da portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto (Ensino Básico) [com as alterações introduzidas pela portaria n.º 65/2022, de 1 de fevereiro], do artigo 20.º da portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto (Cursos Científico-Humanísticos).

Os critérios de avaliação inerentes a cada tarefa encontram-se clarificados através dos respetivos descritores que, por sua vez, se organizam em cinco níveis de desempenho, três dos quais estão descritos e dois intermédios, reunindo-se num conjunto de documentos – RUBRICAS de AVALIAÇÃO. As rubricas permitem aferir o desenvolvimento dos alunos ao nível dos conhecimentos, das capacidades e das atitudes associadas às Aprendizagens Essenciais (AE) e concorrem para a consecução das Áreas de Competência do Perfil dos Alunos. Possibilitam ainda a emissão de *feedback* de qualidade, num contínuo de autoavaliação e autorregulação do processo de ensino e de aprendizagem, permitindo uma reorientação da ação pedagógica. As rubricas de avaliação que compõem este Referencial podem ser consultadas através dos *links* que constam na Tabela 2.

É, pois, importante fomentar o envolvimento dos diversos atores, em especial alunos e respetivos encarregados de educação, que devem ter um conhecimento, tão aprofundado quanto possível, dos critérios de avaliação subjacentes a cada rubrica.

TAREFAS DE AVALIAÇÃO – RUBRICAS		
APRECIAÇÃO CRÍTICA_versão 1	CURTA METRAGEM	PROCESSOS TRABALHO INDIVIDUAL
APRECIAÇÃO CRÍTICA_versão 2_ACS	DEBATE_versão 1	PRODUÇÃO DE TEXTO_versão 1
APRESENTAÇÃO ORAL_versão 1	DEBATE_versão 2_ACS	PRODUÇÃO DE TEXTO_versão 2
APRESENTAÇÃO MULTIMÉDIA	DOSSIÊ/CADERNO DE REGISTO GRÁFICO/PORTEFÓLIO	PROJETO DE LEITURA
APRESENTAÇÃO ORAL_versão 2_1º/2ºCEB	DRAMATIZAÇÃO	PROJETO DE PROGRAMAÇÃO
APRESENTAÇÃO ORAL_versão 3_ACS	ENSAIO FILOSÓFICO	PROJETO TÉCNICO
APTIDÃO FÍSICA_versão 1	ENTOAÇÃO VOCAL_1ºCEB	QUESTIONAMENTO ORAL/ESCRITO_ACS
APTIDÃO FÍSICA_versão 2_1º/2ºCEB	EXERCÍCIO CRITÉRIO_versão 1	RELATÓRIO CIENTÍFICO
APTIDÃO FÍSICA_versão 3_ACS	EXERCÍCIO CRITÉRIO_versão 2_1º/2ºCEB	RELATÓRIO ESCRITO_versão 1
ATIVIDADE LABORATORIAL/TRABALHO DE CAMPO_versão 1	EXERCÍCIO CRITÉRIO_versão 3_ACS	RELATÓRIO ESCRITO_versão 2_ACS
ATIVIDADE LABORATORIAL/TRABALHO DE CAMPO_versão 2_ACS	EXERCÍCIOS/GRÁFICOS_versão 1	RESUMO-SÍNTESE
ATIVIDADES NA NATUREZA_versão 1	EXERCÍCIOS/GRÁFICOS_versão 2_1º/2ºCEB	SEQUÊNCIAS
ATIVIDADES NA NATUREZA_versão 2_1º/2ºCEB	INTERPRETAÇÃO VOCAL	SITUAÇÃO JOGADA_versão 1
ATIVIDADES NA NATUREZA_versão 3_ACS	LEITURA ORALIZADA_versão 1	SITUAÇÃO JOGADA_versão 2
AUDIÇÃO	LEITURA ORALIZADA_versão 2_ACS	SITUAÇÃO JOGADA-ACS_versão 3
CADERNO DE REGISTOS	PORTEFÓLIO DE ARTES VISUAIS	TRABALHO DE GRUPO-PROCESSO_versão 1
COREOGRAFIA/ESQUEMA_versão 1	POSTER-FLYER_versão 1	TRABALHO DE GRUPO-ACS_versão 2
COREOGRAFIA/ESQUEMA_versão 2_1º/2ºCEB	POSTER-FLYER_versão 2_ACS	TRABALHO DE PESQUISA_versão 1
COREOGRAFIA/ESQUEMA_versão 3_ACS	PROBLEMAS-REP. RIGOROSAS_versão 1	TRABALHO DE PESQUISA_versão 2
CRIAÇÃO MUSICAL	PROBLEMAS-REP. RIGOROSAS_versão 2	TRABALHO DE PESQUISA_versão 3_ACS

Tabela 2

Política de Classificação

A política de classificação do AEB faz parte integrante do conceito mais amplo de AP, pelo que pressupõe a utilização diversificada de processos de recolha de informação.

A classificação dos alunos do AEB decorre do balanço realizado através da Avaliação Sumativa, ou Avaliação das Aprendizagens, do qual resulta a atribuição de uma *nota*. Ocorre nos momentos legalmente definidos, devendo o resultado ser comunicado aos pais/EE.

Classificação e notas são, por conseguinte, parte da AP, devendo ser pensadas e organizadas no sentido de apoiar a realização das aprendizagens dos alunos. São conceitos distintos, embora com um propósito comum: **ajudar os alunos a aprender**.

Assim, a *classificação* consiste na aplicação de um conjunto de procedimentos e técnicas, a partir das quais se torna possível atribuir uma *nota.*

A *nota* não é mais do que um símbolo que sistematiza o que o aluno sabe e é capaz de fazer ao fim de um determinado tempo, tendo por referência as AE e o PASEO (Fernandes, 2021).

As rubricas de avaliação são importantes no processo de recolha de informação para fins classificatórios, atendendo, contudo ao seguinte:

- As rubricas de avaliação só deverão ser utilizadas para fins classificatórios quando os alunos estiverem suficientemente familiarizados com elas.
- A atribuição de classificação a uma rubrica de avaliação faz-se a partir da distribuição equitativa da pontuação (100 pontos percentuais para o Ensino Básico e 200 pontos para o Ensino Secundário), pelos descritores dos diferentes critérios de avaliação.

Para além das rubricas, outros processos de recolha de dados para fins classificatórios podem ser desencadeados, designadamente a utilização de Testes ou Fichas de Avaliação. Estes, enquanto processo de recolha de informação acerca das aprendizagens, destinam-se a fazer o ponto de situação relativamente às aprendizagens já conseguidas pelos alunos, são construídos com base em matriz própria e critérios de correção e classificação específicos, através dos quais será atribuída uma classificação.

Na construção da matriz dos Testes e Fichas de Avaliação deverão ser respeitados os seguintes procedimentos:

- contemplar questões alusivas aos vários domínios/temas das AE, consistentes com aquilo que foi ensinado, não devendo ser formuladas questões cujo conteúdo não foi devidamente trabalhado;
- as questões formuladas devem contemplar diferentes graus de complexidade, impulsionando operações mentais cada vez mais complexas;

- o grau de complexidade das questões formuladas deve ser congruente com o grau de complexidade com que foi abordado durante o processo de ensino;
- as questões formuladas não devem exigir dos alunos/as a mobilização de conhecimentos, capacidades ou procedimentos que não foram devidamente trabalhados nas aulas;
- a formulação das questões deve ser clara, para que todos/as compreendam o que se pretende;
- contemplar questões de diferentes tipologias – perguntas de escolha múltipla, perguntas de ordenação, perguntas de associação, perguntas de verdadeiro/falso, perguntas de resposta curta e perguntas de resposta longa;
- a cotação de cada uma das questões deve ser colocada, em barra lateral.

No processo de correção, a pontuação/percentagem obtida em cada uma das questões deverá ser escrita na barra lateral.

A operacionalização da Avaliação Sumativa para efeitos classificatórios consubstancia-se no respeito pelo que a seguir se enuncia:

- Deverá ser aplicada, pelo menos, uma rubrica de avaliação por disciplina/período.
- Poderá ser aplicado um Teste ou Ficha de Avaliação por disciplina/período, seguindo os procedimentos anteriormente descritos.
- Nos Relatórios Técnico-Pedagógicos (RTP), que contemplem adequações no processo de avaliação, estas devem ser concretizadas ao nível dos descritores inerentes a cada um dos critérios de avaliação.
- O número de momentos de Avaliação Sumativa não deve exceder três por semana, exceto as situações em que estes não requeiram preparação prévia (*ex.: compreensão oral do Português e das Línguas Estrangeiras, Cálculo Mental na Matemática*).

Os diferentes momentos de Avaliação Sumativa devem ser registados no GIAE.

A nota obtida no Teste ou na Ficha de Avaliação deverá ser expressa em:

- Menção Qualitativa – 1º Ciclo
- Menção Quantitativa para os restantes ciclos e níveis de ensino:
    - 2º e 3º Ciclos – percentagem (0% a 100%)
    - Ensino Secundário – pontuação/valores (0 a 200 pontos/20 valores).

Da análise dos dados sumativos, recolhidos através dos diversos processos de recolha de informação, resultará a nota a atribuir no final do período/ano, de acordo com a Tabela 3 (1º Ciclo) e a Tabela 4 (2º, 3º Ciclo e Ensino Secundário):

1º Ciclo

Menções	Perfil de Desempenho
Muito Bom	Desenvolveu a totalidade das Aprendizagens Essenciais da disciplina e as Áreas de Competência do PASEO.
Bom	Desenvolveu a maioria das Aprendizagens Essenciais da disciplina e as Áreas de Competência do PASEO.
Suficiente	Desenvolveu algumas das Aprendizagens Essenciais da disciplina e as Áreas de Competência do PASEO.
Insuficiente	Desenvolveu com muitas dificuldades algumas das Aprendizagens Essenciais da disciplina e as Áreas de Competência do PASEO.

Tabela 3

2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário

Nível/Classificação		Perfil de Desempenho
2º/3º Ciclo	Ensino Secundário	
5	20-18	Desenvolveu a totalidade das Aprendizagens Essenciais da disciplina e as Áreas de Competência do PASEO.
4	17-14	Desenvolveu a maioria das Aprendizagens Essenciais da disciplina e as Áreas de Competência do PASEO.
3	13-10	Desenvolveu algumas das Aprendizagens Essenciais da disciplina e as Áreas de Competência do PASEO.
2	9-8	Desenvolveu com muitas dificuldades algumas das Aprendizagens Essenciais da disciplina e as Áreas de Competência do PASEO.
1	7-0	Não desenvolveu a maioria das Aprendizagens Essenciais da disciplina e as Áreas de Competência do PASEO.

Tabela 4

Na tabela 5 é apresentada a correspondência entre as escalas qualitativa e quantitativa nos diferentes ciclos.

Correspondência entre as escalas qualitativa e quantitativa						
1º Ciclo	Menção	Insuficiente		Suficiente	Bom	Muito Bom
	Escala percentual	0% – 49%		50% - 69%	70% - 89%	90% - 100%
2º/3º Ciclo	Nível	1	2	3	4	5
	Escala percentual	0%-19%	20%-49%	50%-69%	70%-89%	90%-100%

Tabela 5

A classificação final (período/ano) deverá ter por referência as ponderações que constam nas tabelas 6 a 8.

1º Ciclo **Operacionalização / Cálculo da Menção/Nível a atribuir por período / Procedimentos**	
1º Período	100% de todos os processos de recolha de informação
2º Período	40% do 1º período + 60% de todos os processos de recolha de informação do 2º período
3º Período	20% do 1º período + 30% do 2º período + 50% de todos os processos de recolha de informação do 3º período

Tabela 6

2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário
Operacionalização / Cálculo da Menção/Nível a atribuir por período / Procedimentos

1º Período	100% de todos os processos de recolha de informação
2º Período	40% do 1º período + 60% de todos os processos de recolha de informação do 2º período
3º Período	30% do 1º período + 35% do 2º período + 35% de todos os processos de recolha de informação do 3º período

Tabela 7

1º, 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário – Alunos que só frequentam 2 períodos letivos
Operacionalização / Cálculo da Menção/Nível a atribuir por período / Procedimentos

Período 1	100% de todos os processos de recolha de informação
Período 2	50% do período 1 + 50% de todos os processos de recolha de informação do período 2

Tabela 8

Organização dos Critérios em Domínios do Saber

Dando cumprimento ao consignado no PASEO e às AE e com vista ao **desenvolvimento articulado de conhecimentos, capacidades e atitudes**, destacaram-se os domínios estruturantes de cada disciplina definindo-se as respetivas ponderações.

Relativamente às componentes do currículo de caráter transversal – Apoio ao Estudo, Complemento à Educação Artística e Oferta Complementar – foi elaborado um Quadro de Referência onde se encontram identificados os domínios de avaliação, bem como os respetivos descritores e níveis de desempenho.

ORGANIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS EM DOMÍNIOS DO SABER	
DEPARTAMENTO	
1º CEB	*Educação Física_1º/2º ano*
	Educação Física_3º/4º ano
	Educação Artística
	Estudo do Meio
	Matemática
	Português
Línguas	*Língua Estrangeira II_3ºCEB*
	Francês_Ensino Secundário
	Inglês_1ºCEB
	Inglês_2ºCEB
	Inglês_3ºCEB
	Inglês_Ensino Secundário
	Português
	Português Língua Não Materna
Expressões	*Desenvolvimento Pessoal e Social*
	Educação Física_2º/3º/Ens. Sec.
	Educação Musical_2ºCEB
	Educação Visual_2º/3ºCEB
	Geometria Descritiva A
	Matemática_ACS
	Português_ACS
Ciências Exatas da Natureza e Tecnologia	*Aplicações Informáticas*
	Ciências Naturais_2ºCEB
	Ciências Naturais/Físico-Química *Biologia e Geologia/Física e Química A/Biologia/Física/Química/Geologia*
	Matemática Aplicada às Ciências Sociais
	Matemática A
	Matemática_2ºCEB
	Matemática_3ºCEB
	Tecnologias de Informação e Comunicação
Ciências Sociais e Humanas	*Economia A*
	Educação Moral e Religiosa Católica
	Filosofia e Psicologia B
	Geografia A
	Geografia C
	Geografia_3ºCEB
	História e Geografia de Portugal
	História A
	História_3ºCEB

Componentes do Currículo Transversais	*Apoio ao Estudo_1ºCEB*
	Cidadania e Desenvolvimento
	Complemento à Educação Artística
	Oferta Complementar

Tabela 9

Ensino@Distância

Em contextos de E@D, a prática de Avaliação Pedagógica, nas duas modalidades anteriormente referidas, pode e deve ocorrer, com recurso à utilização da plataforma *online* Teams. É neste espaço virtual que deverão processar-se as interações de ensino, aprendizagem e avaliação, favorecendo o envolvimento dos diversos intervenientes (alunos, professores e pais) (Machado, 2019). Esta e/ou outras plataformas digitais, bem como as TIC, constituem-se como ferramentas digitais ao serviço da avaliação, devendo ser selecionada a tecnologia que melhor responde ao objetivo educativo. (Pais & Candeias, 2019). Contudo, os meios digitais, por si só, não garantem o sucesso da prática, já que este dependerá, em grande parte, da capacidade de os professores e alunos orientarem os meios disponíveis para promover a aprendizagem.

Na Figura 2, observa-se que as práticas de ApA (formativa) E@ D são as mesmas, os meios é que poderão ser diferentes. No entanto, é imprescindível a diversificação dos processos de recolha de informação baseados em critérios previamente definidos e conhecidos dos alunos, com enfoque na promoção do diálogo e do questionamento.



Figura 2. *Práticas de avaliação formativa em regime a distância*
Fonte: Machado, E. (2019)

Sendo o *feedback* a principal ação na AP, na Figura 3 são apresentadas diferentes formas de distribuição de *feedback* que podem ser usadas em E@D. O conjunto de possibilidades que constam na tabela podem ser soluções eficazes quando combinadas de forma equilibrada.

Tipo de feedback / Modo de aprendizagem a distância	Oral	Escrito
Síncrono	• Videoconferência • Webinar	• Chat • Serviços de partilha de ficheiros online
Assíncrono	• Vídeo	• Rubricas • Serviços de partilha de ficheiros online

Figura 3. *Opções para práticas de feedback em regime a distância*
Fonte: Machado, E. (2019)

- Vídeo conferência – é a opção mais eficaz em sessões síncronas, muito próxima daquilo que é o ambiente natural da sala de aula (favorece o princípio da integração do *feedback* nas aprendizagens em tempo real). Além disso, possibilita, em simultâneo a utilização do *chat*.
- Vídeo – é usado na forma assíncrona e permite dar *feedback* oral em grupo, explicando o que os alunos deveriam ter feito para ter melhores resultados. Tem a vantagem de os alunos poderem visualizar várias vezes, mas a ausência do caráter dialógico (sendo um modo de comunicação unidirecional) é uma desvantagem a considerar.

- *Webinar* – embora possa ocorrer de forma síncrona, apresenta as mesmas limitações do vídeo embora permita a utilização do chat.

- *Chat* – esta opção concretiza-se no formato síncrono e tem diversas vantagens:
  - Distribuir *feedback* escrito oportuno e em tempo real;
  - Permite aos alunos o acesso à informação sempre que necessitem, sem que o professor precise de o fazer repetidamente;
  - Permite o *feedback* individual ou em grupo (para alguns alunos que, presencialmente, se revelam mais inibidos é bom).

- Rubricas – aquelas que são passíveis de ser utilizadas em E@D constituem-se como importante ferramenta para fornecer *feedback* escrito de qualidade e baseado em critérios de avaliação. Agilizam a distribuição de *feedback* com um elevado grau de individualização. No entanto, do ponto de vista do professor, poderá ser algo mais moroso. Mesmo assim, esse *feedback* escrito individual é útil, garante o princípio da oportunidade e torna mais claro o processo de avaliação.

- Partilha de ficheiros *online* – pode ser usado no modo síncrono e assíncrono permitindo dar *feedback* individual ou em grupo relativamente às tarefas realizadas, cujos ficheiros foram partilhados e nos quais o professor e os alunos podem colocar comentários. Tem diversas vantagens:
  - Permite o acompanhamento passo a passo com identificação das dificuldades e formas de as ultrapassar;
  - Potencia o trabalho colaborativo entre professor e alunos e entre os próprios alunos;
  - Fornece informações importantes sobre as dinâmicas de envolvimento e participação dos alunos.

Assim, num quadro de E@D é assumido que:

- ensinar a distância é diferente e, por isso, avaliar é diferente;
- os processos educativos e avaliativos devem ser adequados ao que se ensinou e às condições específicas de aprendizagem;
- é possível emitir um juízo global no final do processo.

1. Avaliar para melhorar as aprendizagens

A avaliação deve ser um processo integrado no desenvolvimento do currículo, com o objetivo central de ajudar os alunos a aprender melhor, designadamente dando-lhes um *feedback* de qualidade.

O envolvimento dos alunos na avaliação desenvolve a consciência sobre as aprendizagens, a forma como as adquirem e promove a autonomia e a capacidade de reflexão.

Para o desenvolvimento da autonomia e da autorregulação têm de ser dadas instruções claras e simples sobre os objetivos a atingir, com tarefas desafiadoras, mas concretas e significativas, com os recursos a utilizar, os momentos de ponto de situação e os prazos a cumprir.

2. Desenvolvimento do processo de avaliação: acompanhar, ajustar e fazer pontos de situação

O *feedback* deve ser explícito e comunicado de forma que os alunos o percebam, orientador, dando instruções claras sobre os aspetos positivos e a melhorar, referenciado aos critérios de avaliação e focado no processo ou na tarefa.

3. Suportes de apoio à avaliação e à aprendizagem

Os meios/suportes permitem o desenvolvimento da avaliação de forma integrada com o ensino e a aprendizagem, podendo muitas vezes ser complementados entre si.

4. Diversificar e adequar ao currículo, às metodologias e aos alunos os procedimentos de recolha dados

Para uma maior fiabilidade no processo avaliativo, devem combinar-se diferentes processos de recolha de dados, em contextos diferenciados. Os instrumentos e as técnicas devem ser adequados à tarefa e às competências a mobilizar.

5. Decidir com base em procedimentos e técnicas diversificadas:

5.1. Triangular para garantir o rigor em avaliação.

A triangulação de dados permite que a avaliação se concretize com maior rigor e contribui para uma melhor avaliação do que os alunos sabem e são capazes de fazer. A análise dos dados da avaliação com recurso à triangulação permite aferir oscilações no desempenho dos alunos, beneficiando do olhar de mais do que um avaliador e, assim, fazer os ajustamentos necessários.

5.2. Diversificar os procedimentos de recolha de dados contribui para o rigor e a equidade.

Avaliar uma mesma aprendizagem em vários momentos através da utilização de processos diferentes permite uma melhor aferição sobre os desempenhos dos alunos, a sua evolução, e uma melhor adequação à diversidade, dando oportunidade para que possam demonstrar a sua aprendizagem em situações que lhes são mais "adaptadas".

5.3. Diferentes atores para consolidar juízos de valor (classificação).

O recurso à avaliação interpares (heteroavaliação), a discussão dos resultados da avaliação com os alunos (autoavaliação) e a triangulação de dados da avaliação com outros docentes do mesmo aluno poderão ser um apoio fundamental à concretização da avaliação.

Considerações Finais

O processo de construção deste Referencial de Avaliação teve como ponto de partida uma versão preliminar elaborada por um grupo de docentes do AE Barroselas que frequentou a Ação de Formação *"Para uma Fundamentação e Melhoria das Práticas de Avaliação Pedagógica: Projetos de Intervenção nos Domínios do Ensino e da Avaliação*", no âmbito do Projeto MAIA – Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica.

A partir desta versão preliminar, e num processo que se procurou fosse o mais participado e democrático possível, recolheram-se contributos de todos os departamentos curriculares e foi elaborada a versão agora apresentada. Na Tabela 9 constam as várias etapas da sua elaboração.

Trata-se de um documento em construção, visto que poderá, em qualquer momento, ser melhorado e enriquecido com a colaboração de todos.

Porém, importa salientar que os princípios que lhe estão subjacentes, assentes nos princípios da Avaliação Pedagógica, deverão ser aqueles que nortearão todo o processo de ensino, aprendizagem e avaliação no AE Barroselas.

Pretende-se, com isso, que os alunos aprendam mais e melhor, adquiram conhecimentos e desenvolvam capacidades, num processo evolutivo que contribuirá para o desenvolvimento das Áreas de Competência do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Etapas de construção do Referencial de Avaliação do AEB			
Data	**Intervenientes**	**Ação**	**Destinatários**
23/01/2020 a 30/06/2020	Equipa de Formadores do Projeto MAIA	- Aquisição do quadro concetual subjacente à avaliação pedagógica.	Equipa de Formandos do AEB
	Equipa de Formandos do AEB	- Elaboração de materiais *(rubricas, critérios de avaliação e ponderações por domínios).* - Construção de uma proposta de Referencial de Avaliação para o AEB.	AEB
09/06/2020	Coordenadora do OQ	- Apresentação e análise de uma proposta de Referencial de Avaliação para o AEB.	CP
30/06/2020	Equipa de Formandos do AEB	- Entrega da proposta de Referencial de Avaliação MAIA.	Equipa de Formadores do Projeto MAIA CP
20/07/2020	Coordenadora do OQ	- Apresentação e aprovação, na generalidade, da proposta de Referencial de Avaliação para o AEB.	CP
08 e 09/09/2020	Direção do AEB	<u>VIII Jornadas Pedagógicas:</u> - Melhoria das práticas de Avaliação para a Aprendizagem – Dr. Eusébio Machado - Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) – Dra. Rosalina Veiga	Docentes do AEB
10 e 11/09/2020	Coordenadores de Departamento	<u>Avaliação Pedagógica:</u> - Ponderações por domínios; - Processos de recolha de informação (rubricas); - Critérios de avaliação.	Conselheiros
14/09/2020	Coordenadores de Departamento	- Articulação e uniformização da Avaliação Pedagógica.	Conselheiros
26/10/2020	CP	- Apresentação e aprovação de novas rubricas a incluir no Referencial de Avaliação do AEB. - Análise do capítulo "Política de	AEB

		Classificação" e aprovação de uma proposta de alteração – inclusão de ponderações nas classificações finais de cada período.	
23/11/2020	CP	- Aprovação final do Referencial de Avaliação do AEB.	AEB
25 e 26/11/2020	Coordenadores de Departamento	- Esclarecimentos sobre a operacionalização da Avaliação Pedagógica.	Conselheiros
02/02/2021	Direção Equipa do OQ	- Workshop 1: *Avaliação Pedagógica -partilha de práticas.*	Professores do AEB
03 a 19/02/2021	Coordenadores de Departamento	- Sessões de trabalho colaborativo para reformulação de algumas rubricas.	Conselheiros
02/03/2021	CP	- Validação das rubricas reformuladas e sua integração do RA.	Conselheiros
Janeiro a maio/2023	Equipa de Formandos *(lideranças)*	- Participação na Ação de Formação "Para a Melhoria das Práticas de Avaliação Pedagógica – desenvolvimento de concretização dos Projetos de Intervenção".	
Setembro a outubro/2023		- Atualização do Referencial de Avaliação	

Tabela 10

Bibliografia

Amante, L. & Oliveira, I. (2019). *Avaliação e Feedback. Desafios Atuais*. Universidade Aberta.

D' Oliveira Martins, G. (coord). (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção Geral da Educação.

Fernandes, D. (2019a*), Para a Conceção e Elaboração do Projeto de Intervenção no âmbito do Projeto MAIA*, Folha de apoio à formação – Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação.

Fernandes, D. (2019b*), Critérios de Avaliação*, Folha de apoio à formação – Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação.

Fernandes, D. (2019c*), Diversificação dos Processos de Recolha de Informação (Fundamentos)*, Folha de apoio à formação – Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação.

Fernandes, D. (2019d*), Diversificação dos Processos de Recolha de Informação (Dois exemplos)*, Folha de apoio à formação – Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação.

Fernandes, D. (2019e*), Avaliação Sumativa,* Folha de apoio à formação – Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação.

Machado, E. (2019), *Práticas de avaliação formativa em contextos de aprendizagem e ensino à distância,* Folha de apoio à formação – Projeto Maia. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.

Machado, E. (2019), *Avaliação formativa e feedback,* Folha de apoio à formação – Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.

Silva, I., Mota, L. & Rosa, M. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*. Ministério da Educação/Direção Geral de Educação.

Pais, H. & Candeias, F. (2019), *Avaliação Formativa Digital,* Folha de apoio à formação – Projeto MAIA. Lisboa: Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.

Fernandes, D. (2021), *Avaliação Pedagógica, Classificação e Notas: Perspetivas Contemporâneas,* Folha de Apoio à formação – Projeto MAIA. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e Direção Geral de Educação.

Legislação consultada

MEC (2018). Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho.

MEC (2018). Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

MEC (2018). Portaria nº 233-A/2018, de 3 de agosto.

MEC (2018). Portaria nº 236-A/2018, de 7 de agosto.

MEC (2016). Despacho Normativo nº 9180/2016, de 19 de junho.

Vídeos

Fernandes D. (2018). *A avaliação para as, e das aprendizagens* [vídeo].DGE.

Neves A. & Ferreira A. (2016). *Afinal, porque avaliamos?* [vídeo].DGE.